



401

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 293587-5 – Comarca de Recife**Agravante:** Walter Ferreira Rodrigues**Advogado:** Rivadávia Nunes de Alencar Barros Neto**Agravado:** Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**Procurador:** Maria Zulmira Silva Timóteo

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESTAURAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. LAUDOS DIVERGENTES. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO MISERO*. RECURSO PROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. É cediço que, para a concessão dos pedidos postos em demandas como a presente, há de ser constatado o nexo de causalidade entre o evento e o resultado danoso, bem como a existência de incapacidade. E, para fins de comprovação dos pressupostos geradores do benefício perseguido, a prova técnica revela-se de essencial importância, devendo o julgador apreciá-la e valorá-la diante do conjunto probatório e da norma jurídica aplicável à espécie.

2. É certo que o magistrado não fica adstrito ao laudo pericial, contudo, necessariamente há de se ter outras provas nos autos a fundamentar sua convicção.

3. Contrariando os laudos públicos que atestaram a inexistência incapacidade laborativa do recorrente, este Colegiado observou ter o mesmo instruído os presentes autos com diversos laudos subscritos por médicos particulares considerando-o inapto para retornar às atividades laborativas, dentre os quais se destacam os de fls. 230/231, fls. 272, subscrito pelo Dr. Luiz Gonzaga de Oliveira Jr., Reumatologista, datado de 16/03/2012, e o de fls. 305, subscrito pela Dra. Célia Maria da Rocha, médica do trabalho, datado de 04/09/2012, todos posteriores à perícia realizada pelo INSS. Além dos referidos laudos, anexou os exames laboratoriais de fls. 101/107 e 308, comprovando a existência da enfermidade, em nítida oposição ao mencionado na perícia oficial acima transcrita.



402

Poder Judiciário**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO****Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães****SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

4. Com efeito, havendo divergências entre laudos periciais, em face da natureza eminentemente social da Lei de Infortunistica, deve ser aproveitado aquele que mais beneficie o trabalhador, isso em homenagem ao princípio do *in dubio pro misero*.

5. À unanimidade de votos, deu-se provimento ao Agravo de instrumento, no sentido de determinar a imediata reativação do auxílio-doença acidentário (espécie 91) em favor do agravante.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de Instrumento nº 293587-5, em sessão realizada no dia 03/10/2013 de 2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar-lhe provimento, nos termos do relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I.

Recife, 10 de 03 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator



394

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 293587-5 – Comarca de Recife
Agravante: Walter Ferreira Rodrigues
Advogado: Rivadávia Nunes de Alencar Barros Neto
Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Procurador: Maria Zulmira Silva Timóteo

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento pugnando pela concessão de efeito substitutivo ativo em face de decisão que, nos autos da Ação Acidentária nº 0007653-85.2012.8.17.0001, revogou a tutela antecipada anteriormente concedida, determinando a imediata suspensão do Auxílio Doença Acidentário, espécie 91, até então percebido pelo agravante.

Em suas razões, de fls. 02/50, o agravante sustenta estarem presentes os requisitos autorizadores da concessão do benefício, uma vez que os atestados médicos particulares acostados se constituem aptos a provar, inequivocamente, que o mesmo está incapacitado para o exercício do seu labor.

Por força da decisão interlocutória de fls. 315/317, esta relatoria resolveu conceder o efeito excepcional postulado.

Em face deste *decisum*, o INSS interpôs recurso de Agravo Regimental, o qual restou provido, por maioria de votos, por esta E. 2ª Câmara de Direito Público (fls. 355).

O agravado apresentou suas contrarrazões às fls. 329/331.

Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça ofereceu o parecer de fls. 390/394, opinando pelo provimento do recurso.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta para oportuno julgamento.
Recife, 02 de setembro de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



403

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 293587-5 – Comarca de Recife

Agravante: Walter Ferreira Rodrigues

Advogado: Rivadávia Nunes de Alencar Barros Neto

Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Procurador: Maria Zulmira Silva Timóteo

VOTO

Inicialmente, em breve síntese fática da demanda, destaco que o agravante trabalhava na empresa Companhia de Transportes Urbanos - CTU, na função de motorista, quando, no ano de 2008, no desempenho de suas funções, começou a sentir fortes dores na coluna e joelho, sendo diagnosticado com os CIDs: M79.0, M54.4, M15 e M17, o que motivou o INSS a conceder-lhe auxílio-doença acidentário na espécie 91, tendo, contudo, cancelado o pagamento do mesmo em agosto de 2011, sob o argumento da cessação das razões fáticas que autorizaram sua concessão.

É cediço que, para a concessão dos pedidos postos em demandas como a presente, há de ser constatado o nexo de causalidade entre o evento e o resultado danoso, bem como a existência de incapacidade. E, para fins de comprovação dos pressupostos geradores do benefício perseguido, a prova técnica revela-se de essencial importância, devendo o julgador apreciá-la e valorá-la diante do conjunto probatório e da norma jurídica aplicável à espécie.

In casu, tem-se que o recorrente foi submetido a diversas perícias médicas junto à autarquia federal (fls. 247/262), sendo que, na última delas, datada de 24/02/2012, a Dra. Raquel Flório Pereira Gomes (CRM 14169) teceu as seguintes considerações:

"Trata-se de segurado motorista de coletivo, afastado desde 10/11/2010, onde esteve em benefício via judicial, sem retorno ao trabalho após cessação deste.

Fez 02 exames periciais onde referiu sintomas vagos, não apresentou exames de imagem nem alterações ao exame físico, sendo constatado ausência da incapacidade laborativa.

Em exame de recurso não anexou laudos novos nem exames de imagem que justificassem a incapacidade laborativa referida.



404

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Diante do exposto não vejo elementos que justifiquem as conclusões realizadas nos 02 exames periciais anteriores".

Ora, para afastar as conclusões do perito, é mister que se apresentem outros elementos seguros e coesos capazes de justificar a descaracterização do laudo técnico apresentado, pois a perícia é prova especializada por excelência, cujo objetivo é suprir conhecimento técnicos que o Juiz, pela natureza deles, não tem ou, pelo menos, presume-se não tê-los.

É certo que o magistrado não fica adstrito ao laudo pericial, contudo, necessariamente há de se ter outras provas nos autos a fundamentar sua convicção.

Contrariando os laudos públicos que atestaram a inexistência incapacidade laborativa do recorrente, observo ter o mesmo instruído os presentes autos com diversos laudos subscritos por médicos particulares considerando-o inapto para retornar às atividades laborativas, dentre os quais destaco os de fls. 230/231, fls. 272, subscrito pelo Dr. Luiz Gonzaga de Oliveira Jr., Reumatologista, datado de 16/03/2012, e o de fls. 305, subscrito pela Dra. Célia Maria da Rocha, médica do trabalho, datado de 04/09/2012, todos posteriores à perícia realizada pelo INSS.

Além dos referidos laudos, anexou os exames laboratoriais de fls. 101/107 e 308, comprovando a existência da enfermidade, em nítida oposição ao mencionado na perícia oficial acima transcrita.

Com efeito, havendo divergências entre laudos periciais, em face da natureza eminentemente social da Lei de Infortunistica, deve ser aproveitado aquele que mais beneficie o trabalhador, isso em homenagem ao princípio do *in dubio pro misero*.

Neste sentido, colaciono ementas de julgados proferidos por este Tribunal de Justiça em casos análogos, senão vejamos:

ACIDENTE DO TRABALHO. LAUDOS DIVERGENTES. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO "IN DUBIO PRO MISERO". INCAPACIDADE RELATIVA PARA O TRABALHO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE NO PERCENTUAL DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO ÚLTIMO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO. 1. Havendo divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do servente, deve ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, em face de sua hipossuficiência em relação ao órgão previdenciário. 2. Não obstante o juiz não estar prenotado ao laudo, é de ser impelido em consideração



405

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

aquele elaborado por assistente técnico do acidentado, junto com as demais avaliações dos autos, corroborando a essência do nexo causal entre a atividade exercida e o sinistro. 3. Permanecendo o servente incapacitado para exercer, tão somente, a mesma atividade laborativa, faz ele jus à concessão de auxílio-acidente no percentual de 50% (cinquenta por cento) do salário de benefício, conforme estabelece a Lei nº 9.528/97, que alterou o § 1º, do art. 86, da Lei nº 8.213/91. 4. A correção monetária das parcelas em atraso deve ser apurada na forma da Lei nº 6.689/81, aplicando-se índices abalizados pela Lei nº 8.231/91 e suas alterações posteriores a todas as prestações consideradas de per si. 5. Unanimemente, improveu-se o reexame necessário. Duplo Grau Obrig. Jurisdição. Nº 173378-8. 23.10.2008. Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDOS DIVERGENTES. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO MISERO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO TERMINATIVA COMBATIVA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. Da análise do contexto probatório, especialmente da perícia médica de fls. 33 verso, firmada pelo assistente técnico, constata-se, estar-se diante de enfermidade incapacitante permanente e definitiva. Ponto pacífico nesta Corte é o de que, no conflito entre laudos, devem prevalecer àquele que seja mais favorável ao acidentado. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Recurso de Agravo. Recurso de Agravo nº 48261-7/01. 19.02.2008. Rel. Des. Luiz Carlos Figueiredo.

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REABERTURA DO BENEFÍCIO AUXÍLIO-DOENÇA. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Embora os atestados juntados aos autos pelo agravado sejam firmados por médicos particulares e estejam em confronto com o laudo avaliatório da autarquia previdenciária, deve-se levar em consideração que, havendo divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do segurado, deve ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, face este ser hipossuficiente em relação ao órgão previdenciário. 2. Para verificação da permanência da incapacidade do segurado, fato gerador do benefício auxílio-doença, é necessária a realização periódica de exames na sua pessoa, a fim de que o referido benefício não seja pago àqueles que dele não fazem jus. 3. A proibição de a agravante realizar perícia médica no segurado, até a conclusão do processo ou ulterior deliberação do juízo de origem, está tolhendo o direito de defesa da autarquia previdenciária, que pode contrapor o seu laudo pericial em face dos demais, inclusive o do perito judicial. 4. Agravo regimental parcialmente provido. 5. Decisão unânime (Arg nº 162743-8/01, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, 8CC DJ 22/01/2009).



406

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Feitas estas considerações, voto pelo provimento do presente Agravo de Instrumento, no sentido de determinar a imediata reativação do auxílio-doença acidentário (espécie 91) em favor do agravante.

É como voto.

Recife, 03 de 10 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator